

O consumismo na sociedade contemporânea

aluno: Guilherme Melo de Freitas

semestre: 2o / 2010

Introdução

O presente texto pretende fornecer um material teórico para a questão contemporânea do consumismo. Para tanto, a linha de argumentação desenvolvida será a seguinte:

- Com a modernidade, assistiu-se a uma intensificação do processo de individualização. Conjugado a isso, houve uma destradicionalização da vida, que implicou em mudanças decisivas no que se refere ao “situar-se” do indivíduo no mundo.
- Sujeitos mais individualizados, que perderam suas referências, veem-se em uma situação de impasse, incertezas, inseguranças. Esse estado gera desconforto, fazendo surgir a necessidade de se criar, de algum modo, outras referências.
- Se as referências sociais se enfraqueceram, começa-se a ser tomado como referência o próprio eu. E o eu, sem levar em consideração os outros, resume-se aos próprios gostos, necessidades, prazeres a serem buscados.
- Se essas são as novas “referências”, as motivações pessoais irão no sentido de atender a tais necessidades, satisfazê-las, saciá-las. Para tanto, o sujeito viverá, em grande medida, com o objetivo de adquirir objetos e serviços que o satisfaçam.
- Temos então o surgimento do fenômeno do *consumismo*: um cenário em que grande parte das ações dos indivíduos estão relacionadas ao consumo. O consumo se destaca como norteador marcante da conduta de vida das pessoas na alta modernidade.

Modernidade e individualização

A concretização da idéia de indivíduo é algo relativamente recente. Em várias tribos indígenas, o membro não se via destacado como alguém que possuía características singulares a serem desenvolvidas. Ele apenas representava um personagem que fazia parte das relações do

grupo, clã, tribo. Por exemplo, entre os Kwakiutl, o que estava em jogo em suas denominações e nomes é, nas palavras de Mauss:

(...) mais do que o prestígio e a autoridade do chefe e do clã, é a existência mesma destes e dos antepassados que se reencarnam nos detentores de tal direito, que revivem no corpo dos que carregam seus nomes, cuja perpetuidade é garantida pelo ritual em todas as suas fases. A perpetuidade das coisas e das almas só é garantida pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas. Estas agem apenas como representantes (MAUSS, 2003, p. 377).

Ou seja, o “eu” era visto como algo a representar para fazer perpetuar o passado.

A concepção moderna de indivíduo possui características que começam a aparecer com maior força no período de transição entre o declínio da sociedade feudal e a ascensão do Renascimento.¹ No feudalismo, as pessoas estavam consideravelmente circunscritas pelas relações locais internas ao próprio feudo - família, senhor feudal e Igreja. Não havia perspectivas muito “originais” quanto ao que alguém poderia fazer de sua vida. Os servos, principalmente, nasciam e já sabiam como iriam viver até o dia de suas mortes: teriam permissão para morar e plantar nas terras do senhor, seriam protegidos por estes, cumpririam com as obrigações de pagamentos da plantação e com suas práticas religiosas. Sobrava pouco espaço para sonhos, planos de vida diversificados: em linhas gerais, o futuro já estava traçado, não havendo como escolher outra coisa.

Do ponto de vista da concepção da própria vida, não se cogitava a possibilidade de projetar algo muito distante temporalmente e lutar para alcançá-lo. Apesar disso parecer insuportável para nós modernos, é importante ressaltar que quando a tradição fornece à pessoa a segurança de quem ela é, do que vai fazer da sua vida e das obrigações que deverá cumprir, as dúvidas quanto ao futuro, inseguranças, identidade são, por consequência, muito menos frequentes - afinal, as pessoas possuíam bases mais sólidas para dar sentido às suas trajetórias.

Com o Renascimento, aos poucos, a tradição começa a ser questionada e o homem vai sendo colocado como o centro das atenções. Daí o Humanismo renascentista, a valorização da razão, das artes, das ciências, etc. A expansão marítima ampliou os horizontes do imaginário da época, apresentando outros lugares, outros costumes e mostrando que a tradição não era tão

¹ É inviável precisar de maneira rigorosa os momentos históricos exatos dessas mudanças. Na vasta literatura sobre o tema, são muitas as opiniões discordantes. Apenas indico a seguir a passagem de Habermas, para demonstrar como é variada a tentativa de caracterização conceitual dessas mudanças: “Status e contrato, comunidade e sociedade, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, grupos informais e grupos formais, relações primárias e relações secundárias, cultura e civilização, dominação tradicional e dominação burocrática, sociedade sacral e sociedade secular, sociedade militar e sociedade industrial, ordem e classe etc., todos esses pares de conceitos são outras tantas tentativas de apreender a mudança estrutural de enquadramento institucional de uma sociedade tradicional, na sua transição para uma sociedade moderna” (HABERMAS, 1987, p.56). No presente texto, o objetivo principal não é a demarcação das mudanças históricas, que serão assinaladas apenas para servirem de subsídio à reflexão sobre o consumismo.

universal como parecia. A Reforma abre espaço para uma maior individualização, na qual o fiel pode entrar em contato direto com as Escrituras, sem intermediários, sendo que a sua salvação passa a depender de si próprio. A crescente formação de cidades e o aumento das trocas comerciais começam a fornecer a possibilidade de mobilidade social, e os talentos e capacidades individuais passam a ser cada vez mais valorizados.

Mais adiante, repercutindo as transformações advindas das Revoluções Industrial e Francesa, o processo de individualização se intensifica. O liberalismo no século XVIII afirmou a liberdade individual, num processo que consolidou a liberdade quantitativa² fazendo surgir uma multidão de homens livres (SIMMEL, 2005). As cidades crescem, a produção aumenta, começa a existir um maior contingente populacional num espaço menor. Problemas como roubos, furtos, alcoolismo, miséria, etc. passam a conviver com o bem-estar e conforto dos burgueses capitalistas. Com isso, o Estado nacional - que já adquirira certo grau de poder e legitimação - começa a adotar medidas de identificação e de controle sobre os indivíduos: medições antropométricas, impressão digital, documentos de identificação etc. (CORBIN, 1992).

Aliás, o Estado exerceu um papel decisivo para impulsionar esse processo de individualização. Afinal, a garantia dos direitos individuais só pode ser possibilitada pela existência de um poder superior que faça valer tais direitos. Sendo assim, “para instituir uma moral individualista, não basta afirmá-la, traduzi-la em belos sistemas, é preciso que a sociedade esteja organizada de maneira que essa constituição se torne possível e duradoura. Caso contrário ela permanece em estado difuso e doutrinário” (DURKHEIM, 2002, p. 84). Portanto, “o poder estatal não pode ser definido como uma máquina monstruosa que, cinicamente, esmigalha os indivíduos: acima de tudo é uma máquina que produz os indivíduos e, dando-lhes ‘bons hábitos’, institui ou tende cada vez mais a instituir o social” (LEBRUN, 1994, p. 86).

Com isso, as pessoas vão se enxergando como indivíduos: isto é, detentores de características únicas, de um nome único, enfim, de uma vida única - pelo menos é essa a percepção crescente. O sentimento de identidade individual se desenvolve ainda mais, fazendo com que surjam práticas simples, mas que são bastante significativas: pessoas passam a ter cartão de visitas; agenda pessoal; surge o costume de escrever um diário; a utilização do espelho se populariza; tirar retrato de si torna-se algo comum; cuidados com a beleza pessoal tornam-se exigência; surgem quartos individuais; banho privativo; muitos passam a possuir epitáfios individuais; etc. (CORBIN, 1992). Tendo como inspiração o Romantismo alemão e como impulso o acirramento da divisão do trabalho, tais mudanças deixam claro o surgimento de uma necessidade de diferenciação e especificidade de cada um frente aos outros. Agora, não basta ser livre, é também necessário ser único. Aliada à liberdade quantitativa, surgem anseios de liberdade qualitativa (SIMMEL, 2005).

² Liberdade quantitativa é a liberdade do agir, sem sofrer coerção. Nessa época – pelo menos formalmente – o espaço para a liberdade individual foi maximizado.

Inseguranças, incertezas e o voltar-se sobre o eu

Enquanto, no âmbito do feudalismo, a existência estava fortemente pré-determinada e as certezas bem assentadas, aqui, o futuro é visto como algo aberto, a ser construído, como um processo. Nesse sentido, a tradição se esvaeceu e a liberdade individual passou a ser afirmada.

Porém, é uma situação paradoxal: quanto mais liberdade, mais incertezas e inseguranças. Como grande arauto desse novo mundo, a burguesia é movida por ideais que negam o passado e exaltam o progresso. Com isso, o que está presente hoje, amanhã pode não estar; a riqueza pode ser substituída pela pobreza ao sabor das forças caprichosas do mercado. Temos, então, um verdadeiro “choque narcísico” (SCLIAR, 2003, p. 17), no qual a afirmação da individualidade vem em conjunção com diversas incertezas. Tomando o caso da Reforma como exemplo, Lutero e Calvino, ao combater a tutela da Igreja, “colocam sobre os fiéis uma responsabilidade – o livre-arbítrio, a leitura pessoal das Escrituras, a aguda consciência da fraqueza humana – que pode ter representado, em alguns casos, uma carga excessiva” (SCLIAR, 2003, p. 39-40) para as pessoas, afinal, as referências fornecem uma base para o indivíduo situar-se de algum modo no mundo. Se isso é perdido, essa “base” se esvai, e surge a necessidade de criá-la de algum outro modo (GIDDENS, 1991, 2002).

Além da crescente consolidação dessa individualidade vulnerável, perdeu-se a noção da vida em comum. Na modernidade, como observa Hannah Arendt (2005), houve uma ascensão do social sobre as dimensões do público e do privado, que perderam a diferenciação. A economia entrou no mundo da política e, em grande parte, dominou-a. Com isso, os interesses econômicos particulares passaram a ser as prioridades no âmbito político, e as aspirações de liberdade e diferenciação mostraram-se ilusórias: não existiria mais política nos termos grandiosos da Antigüidade³. Ao examinar a sociedade americana, Tocqueville captou com exatidão esse cenário:

(...) vejo uma massa inumerável de homens semelhantes e iguais que ***incansavelmente se voltam para si mesmos em busca de prazeres pequenos e vulgares com os quais preenchem sua alma***. Cada um deles, refugiando-se à parte, é como um estrangeiro ao destino de todos os demais: seus filhos e amigos particulares constituem para ele toda a espécie humana; quanto ao restante de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê, toca-os e absolutamente não os sente; ele não existe senão em si mesmo e para si mesmo e, se lhe resta ainda uma família, pode-se no mínimo dizer que ele não tem mais pátria” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 180-181, grifo nosso).⁴

³ Para uma abordagem mais recente deste assunto, Cf. Sennet, 2001.

⁴ Sobre este aspecto do povo americano, mas com uma abordagem mais recente, Cf. Riesman, 1995.

A ascensão do consumismo

Sublinhou-se o trecho “incansavelmente se voltam para si mesmos em busca de prazeres pequenos e vulgares com os quais preenchem sua alma”, pois ele se constitui num fator relevante da sociedade contemporânea. Como vimos acima, o desenrolar dos acontecimentos históricos fez surgir a seguinte configuração: acirramento do processo de individualização; aumento das incertezas e vulnerabilidades; maior preocupação com o eu; descrença em relação à política e às questões relativas ao bem comum. Temos, portanto, uma situação peculiar: maior abertura para o desenvolvimento da individualidade; desinteresse com aquilo que é público, social, comum. Dado este desenvolvimento societário, qual poderia ser, então, uma possível motivação preponderante dos indivíduos?

O “voltar-se sobre si” contemporâneo não é um culto à vida virtuosa dos antigos (FOUCAULT, 2006), ou uma exaltação da busca pela excelência humana. Com a vida em comum e a política desacreditadas, as maiores preocupações do indivíduo passam a ser “no que irá trabalhar”, “quanto vai ganhar”, “o que poderá comprar”: em muitos aspectos, a existência individual passou a ser concebida estritamente pelo prisma da qualidade de vida. Segundo Lipovetsky “(...) a ‘qualidade de vida’ em todos os campos da atividade humana (vida conjugal, vida sexual, alimentação, moradia, meio ambiente, lazeres etc.) passou a ser o novo horizonte das expectativas individuais” (LIPOVETSKY, 2007, p. 6). A velocidade das relações, a fuga do sacrifício pessoal, o desaparecimento de grandes ideais, entre outros, resultaram numa situação em que o estado do eu consigo mesmo se tornou um ponto central para a individualidade contemporânea:

O desenvolvimento de si mesmo erige-se como o ideal pleno, como o grande referencial e o móvel psicológico da era hiperconsumista. O Homo felix ultrapassou o *Homo politicus*. Mudar a sociedade? Não é mais essa a questão. A palavra de ordem é: aumentar a qualidade de vida presente, tanto para si como para os mais próximos; ganhar dinheiro; consumir, tirar férias, viajar, se distrair, praticar um esporte, decorar a casa (LIPOVETSKY, 2007, p. 52-53).

Assim, o consumo já não é mera aquisição de produtos e serviços para satisfazer necessidades humanas básicas; passa a abranger as motivações pessoais como um todo: além da subsistência, consumimos para obter os mais diversos tipos de confortos e prazeres, assim como para receber o reconhecimento e dignidade social. São exaltados valores como o culto ao corpo, à própria imagem, etc. (COSTA, 2005) e o consumo torna-se parte constitutiva da construção da identidade do indivíduo contemporâneo (CAMPBELL, 2001). Temos, então, o que poderíamos chamar de consumismo. Se repararmos bem, a maioria dos inúmeros discursos de “inclusão social”, na verdade, dizem respeito à inclusão na sociedade de consumo – que significa,

em resumo, a participação no mercado, o que corresponde a exercer uma atividade remunerada que permita a aquisição de bens de consumo.

As faces do consumismo

O consumismo constitui-se numa conduta peculiar. Incitado a uma verdadeira cultura de “experimentação”, o indivíduo vive permanentemente para aquilo que é imediato. Há uma sensível desvalorização de ideais de longo prazo, fidelidade, projetos de vida; no máximo, essas coisas estão ligadas ao próprio consumo – em poucas palavras, o “sacrifício” realizado seria simplesmente “economizar para comprar algo”: o “carro dos sonhos”, “aquela viagem para o exterior”, o “tênis de marca” e assim por diante.

Esse imediatismo também se reflete na relação que se tem com o próprio eu. Como vimos, longe do “aperfeiçoamento de si dos antigos”, o anseio agora é por prazer, afinal, se não há ideais para toda a vida, resta o “*carpe diem* do presente”: daí a busca por inúmeras satisfações momentâneas, divertimentos, passatempos. Isso gera uma situação de ansiedade permanente de busca por novidades, substituição incessante de supérfluos, etc. o que também traz consequências para os relacionamentos entre as pessoas: superficialidade; relações descartáveis, unilaterais, em que a reciprocidade só ocorre até o ponto em que os interesses egoístas estão sendo satisfeitos.

Dado este panorama, o social só é considerado enquanto possibilidade de exaltação do próprio eu (Cf. LASCH, 1983). Ou seja, longe de estimular algum tipo de preocupação ética, será apenas um “trampolim” para a realização individual. Como exemplo, podemos citar o fenômeno das celebridades, dos “VIPs”, da cultura do exibicionismo, e todo o mercado que é alimentado pelo desejo por fama; ainda poderíamos nos referir ao fato do consumo estar relacionado a status e distinção social.

Enfim, o consumismo se desenvolveu em meio a um processo intenso de individualização. A partir das considerações precedentes, será que as promessas de liberdade qualitativa, desenvolvimento da própria personalidade, autonomia, etc. são alcançadas por meio do consumismo?

Consumismo e emancipação?

A partir do século XX, assistimos ao surgimento de mudanças decisivas no que se refere à cultura. A indústria cultural, principalmente advinda dos Estados Unidos, passa a exercer uma influência no modo de vida de parcela considerável da população mundial. O *american way of life* ganha espaço, fazendo com que pessoas dos mais diferentes lugares vistam roupas semelhantes,

consumam os mesmos alimentos, vejam os mesmos filmes, tenham perspectivas parecidas; enfim, surge a cultura de massas.

Nesse sentido, o modo de vida consumista, padronizado em grande medida pela cultura de massas, seria um meio real de autonomia individual? Como vimos, a padronização do comportamento, dos modos de pensar, o consumo ditado pela publicidade, são indícios de maior massificação e não de realização da própria personalidade.

Portanto, para concluir, a situação que descrevemos é paradoxal, contraditória. Vivemos numa época em que os indivíduos são altamente influenciados pelo social (indústria cultural, comunicação de massa, etc.); mas, ao mesmo tempo, esse mesmo indivíduo desvaloriza preocupações referentes ao bem comum, vendo este apenas no sentido de sua própria afirmação (status, exibicionismo). Ou seja, ele menospreza aquilo que o “cria” (determinantes sociais) e aquilo do qual é dependente (reconhecimento alheio para sua própria afirmação). Só o futuro dirá para onde isso irá nos levar. Para minimizar acontecimentos indesejáveis, o melhor caminho é começar com um diagnóstico do nosso tempo e dos impulsos individualizantes contidos na atual cultura de consumo, que embasa todas as nossas práticas.

Bibliografia

- ARENDDT, H. (2005). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CAMPBELL, C. (2001) *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.
- COSTA, Jurandir Freire. (2005). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CORBIN, Alain. (1992). “Bastidores”. In: Perrot, Michelle (org.). *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras.
- DURKHEIM, E. (2002). *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- _____. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- HABERMAS, J. (1987). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, M. (2006). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LASCH, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperança em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- LEBRUN, G. (1994). *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense.
- LIPOVETSKY, G. (2007). *A sociedade da decepção*. Barueri, SP: Manole.
- MAUSS, M. (2003). “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

- RIESMAN, D. (1995). *A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano*. São Paulo: Perspectiva.
- SCLIAR, M. (2003). *Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENETT, R. (2001). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMMEL, G. (2005). "As grandes cidades e a vida do espírito". *Mana* [online], vol.11, nº2.
- TOCQUEVILLE, A. (2004). "A democracia na América". In: WEFFORT, F.C. (org.). *Os clássicos da política 2*. São Paulo: Ática.